



CAMPO DE ESTÁGIO: AMPLIAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Adriana Medeiros Farias¹

RESUMO: O texto apresentado propõe um diálogo inicial a respeito da ampliação da prática do pedagogo problematizando a necessidade de revisão teórico/prática na definição do campo de estágio que se destina à formação profissional no curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Objetiva-se analisar as vicissitudes e as contradições suscitadas com a oferta das disciplinas de Estágio Supervisionado em Instituições Sociais e Estágio Supervisionado em Gestão Pedagógica, ambas integrantes dos Currículos do Curso de Pedagogia, 2005 e 2007. O objeto de estudo selecionado é a experiência de docência da disciplina de estágio em três campos, quais sejam: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Fábrica de Teatro do Oprimido Londrina (FTO) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A metodologia empregada foi a análise dos documentos produzidos pelos estudantes e resoluções que definem a reformulação do projeto político do curso. As reflexões decorrentes do estudo sugerem que o emprego dos termos não-formal e não escolar no projeto pedagógico do curso no que se refere ao estágio indica campo em construção, e por este motivo em permanente disputa.

Palavras-chave: estágio; formação do pedagogo; educação popular

INTRODUÇÃO

O diálogo que se inicia objetiva analisar as vicissitudes e as contradições na ampliação da prática do Pedagogo suscitadas com a oferta das disciplinas de Estágio Supervisionado em Instituições Sociais e Estágio Supervisionado em Gestão Pedagógica, ambas integrantes dos Currículos do Curso de Pedagogia, 2005 e 2007, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

¹ Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Educação pela UNICAMP. adrianafarias@uel.br

Para tanto, o objeto de estudo selecionado é experiência de docência, realizada no período de 2008 a 2012, com três práticas sociais, com processos educacionais distintos, quais sejam: Estágio em Instituições Sociais, efetivado no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss; Estágio em Gestão Pedagógica realizado na Fábrica de Teatro do Oprimido Londrina (FTO) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para efeito da análise proposta utilizar-se-á os Memoriais e Sínteses Reflexivas, produzidos pelos estudantes como requisito parcial de avaliação da disciplina, bem como das Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) nº46/2005 e nº 187/2006 que reformulam o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia.

O período de análise proposto é marcado pelo contexto macro político de debate a respeito da formação ampliada do Pedagogo que culminou com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2006. Para o curso de Pedagogia o impacto foi visível na reformulação do currículo de 2005. O projeto reformulado suprime as habilitações, reorganiza a denominação das disciplinas, entre elas a de estágio e, ao mesmo tempo, mantém alguns princípios (ABUDD, et al, 2012).

A leitura do Anexo II DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 46/05, indica o campo de atuação do concluinte do Curso de Pedagogia.

O Curso de Pedagogia deve abranger a formação do (a) educador (a) num sentido amplo que contemple **a educação formal, prioritariamente**, e **a educação não-formal**. A primeira, entendida nas práticas educativas desenvolvidas no sistema de ensino em que a escola configura-se como instituição de atuação do docente, do orientador educacional e do supervisor escolar e, a segunda, cujo espaço de atuação são as instituições, associações, organizações e grupos dos diferentes segmentos da sociedade (Grifos Meu).

Com a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso implementado a partir de 2007, o campo de atuação do Pedagogo não se altera: “a educação formal, prioritariamente, e a educação não-formal”. Exceto pela supressão das habilitações do curso: “do docente, do orientador educacional e do supervisor escolar”.

Com relação às denominações das disciplinas, no currículo de 2005 a disciplina em análise “Estágio Supervisionado em Instituições Sociais” previa em sua ementa a “Execução e avaliação de projetos de ação junto a ações comunitárias” (Resolução CEPE nº 46/2005). Entretanto na reformulação de 2007 houve uma alteração da disciplina para

“Estágio em Gestão Pedagógica” cuja ementa da disciplina definia “A atuação do pedagogo (orientador educacional, supervisor escolar) na instituição escolar e nos espaços não formais. Elaboração, execução e avaliação de projetos educativos” (RESOLUÇÃO CEPE/CA nº 187/2006).

Interessante notar que há uma incompatibilidade na formulação das ementas das disciplinas, uma vez que, na disciplina de Estágio em Instituições Sociais não aparece o conceito de *educação não-formal*, presente no perfil do concluinte, em seu lugar está grafado *ações comunitárias*. Conseqüentemente, o que poderia ser uma incorporação do termo, *educação não-formal*, na reformulação do projeto em 2007, tanto na denominação da disciplina quanto na sua ementa prevalecem o conceito de *espaços não-formais*¹.

Verifica-se ainda que apesar da supressão das habilitações (orientador educacional, supervisor escolar) no perfil do concluinte do curso (2007), a ementa da disciplina de estágio ainda faz menção às habilitações. O que justifica afirmar que este é um campo em construção que reflete a disputa teórico/prática pelo espaço de atuação do pedagogo nas reformulações do projeto pedagógico.

As constatações indicam um campo de estudos a ser investigado, em outra oportunidade, uma vez que a reorganização das disciplinas não está em completa consonância com o corpus teórico-conceitual do projeto, demonstrando a interferência de outros fatores supostamente ligados à organização estrutural do Curso e ou do Departamento.

O estágio, tanto nas bases legais vigentes, quanto na literatura a este respeito, é compreendido por uma disciplina curricular que ofertada no conjunto do Projeto Político Pedagógico do curso, cria condições para continuidade ao processo de ensino aprendizagem que tem por objetivo inserir o estudante na prática educativa tornando-a objeto/sujeito de estudo e proposição/intervenção. A finalidade desta ação é compreender/analisar os processos educativos por ele propostos, considerando a problematização da realidade social em que se define a atividade profissional do Pedagogo.

O conceito contrapõe à ideia dicotômica de que o estágio constitua a parte prática do curso, lugar de aplicação das teorias conforme expõe Pimenta (2006) no conjunto da sua obra. Para a autora, “o estágio deve ser um momento de síntese dos conteúdos, das matérias de ensino, das teorias de aprendizagem e das experiências pessoais, bem como deve constituir-se em um processo de reflexão-ação-reflexão” (PIMENTA, 2006, p.75).

Espera-se que os estudantes possam extrair destes processos, aprendizagens que lhes permitam ampliar seus referenciais teórico-metodológicos. Para tanto, o estágio deve

ser organizado em consonância relacional com os conteúdos ministrados ao longo do curso debatendo acerca das bases teórico-práticas, para a análise crítica do campo proposto (PIMENTA; LIMA, 2004).

A este respeito, o curso antecipa conteúdos que se referem aos espaços não-escolares presentes nas seguintes disciplinas: “Coordenação do Trabalho Pedagógico Escolar e Não-escolar” e “Coordenação do Trabalho Pedagógico em Movimentos Sociais”, cuja ementa traz a explicitação dos termos Educação Não-Formal, além de destacar o Movimento Social como objeto de estudo, qual seja: “Organização do trabalho pedagógico em espaços de educação não-formal. A relação entre educação e projeto político-ideológico nos movimentos sociais. Perspectivas de atuação do pedagogo” (RESOLUÇÃO CEPE/CA nº 187/2006).

Com a explicitação dos conteúdos abordados durante o curso, o desafio para o Estágio também está na definição dos campos, considerando este “uma parte importante da relação trabalho-escola, teoria-prática, e eles podem representar, em certa medida, o elo de articulação orgânica com a própria realidade” (KULCSAR, 1991, p. 63). Realidade que se deve confrontar para que os estudantes tenham condições de construir referenciais importantes para sua profissão, aproximando-os das mais distintas realidades e, que, para tanto, a escolha do campo pode ser decisiva.

Com base no exposto, a inserção do estagiário numa determinada prática social é tarefa desafiadora que também suscita pesquisa, a respeito da pertinência da atuação profissional do Pedagogo nos espaços ainda não ocupados. Tema sugerido por efeito da experiência realizada no Museu e no FTO, temática

que se inicia com a análise e a problematização das ações e das práticas, confrontadas com as explicações teóricas sobre estas, com experiências de outros atores e olhares de outros campos de conhecimentos com os objetivos pretendidos e com as finalidades da educação na formação da sociedade humana (PIMENTA; LIMA, 2008, p.50).

Para tanto, o registro se faz fundamental em todas as suas etapas de execução. Aos estudantes propõe-se o uso do diário de campo como um instrumento que possibilita o acompanhamento a qualquer tempo da ação a ser investigada. Além do diário de campo, os estudantes também se utilizam do registro imagético e em áudio. Para orientar o processo de investigação é construído coletivamente um roteiro de análise que ao

mesmo tempo conduz e amplia as categorias de observação da realidade em sua complexa e contraditória organização.

O CAMPO DE ESTÁGIO COMO ESPAÇO EDUCATIVO

A atividade formativa do estágio está condicionada à definição do campo de atuação e este, revela-se complexo por se tratar em parte de campo teórico em construção, sobretudo no que se refere à Educação Não-Formal (GONH, 2006).

A leitura das ementas das disciplinas sugere práticas sociais diversas e imprecisas conceitualmente, incorporadas pelas denominações: “ações comunitárias e espaços não-formais”. Verifica-se uma imprecisão no conceito uma vez que o não-formal poderia abarcar tudo aquilo que não diz respeito à instituição escolar, inclusive a educação informal. O que não é pretendido para a atuação profissional do pedagogo.

A delimitação do campo, portanto é relevante porque esta coaduna com a proposta e o perfil pretendido à atuação do profissional. Entende-se com as denominações especificadas na ementa da disciplina um caminho que se inicia na problematização de que para além da escola há outros espaços a ser ocupado pelo Pedagogo. As diferentes denominações indicam também campo em disputa de significações. Em tese, a definição do campo de estágio tem por pressuposto a oferta de uma experiência que possibilite a análise crítica de uma prática social que apresente uma dimensão crítica e transformadora do processo educacional.

Isto posto, há que se problematizar a oferta de espaços que conformam a educação ao papel assistencialista, reprodutivista e complementar. Incluindo as contradições nas relações público-privado, público não estatal. Considerando as implicações na escolha do espaço a concepção de educação e de mundo do professor responsável por ministrar a disciplina.

O conceito de Educação Não-Formal nos remete inicialmente a necessidade de delimitar o ambiente que se opõe à formalidade, o que não é tão simples uma vez que esta condição por si não o define. Em sua vasta obra, Maria da Glória Ghon conceitua a Educação Não-Formal “como aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p.16). Pressupõe intencionalidade na ação educativa, o papel social do educador, o conteúdo de defesa da solidariedade, cidadania,

cooperação, meio ambiente, formação profissionalizante, meios de comunicação, entre outros.

Entretanto, os critérios para a escolha do campo, para o estudo, têm a ver com a preocupação que se encerra nos limites das experiências que aparentemente são categorizadas como práticas de Educação Não-Formal, mas que revelam em sua cotidianidade reproduções grotescas da Educação Formal, destituídas, todavia, das condições de um trabalho de qualidade.

O limite conceitual a ser considerado é o emprego restrito da Educação Não-Formal para denominar, por exemplo, as ações dos Movimentos Sociais e Populares, encontrando-se melhor definição no conceito de Educação Popular, especificamente para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O paradigma teórico-metodológico da Educação Popular que fundamenta as ações do Movimento explicita o propósito transformador de sua prática e a opção política pela classe trabalhadora.

O Movimento Social é definido como sujeito educativo, do mesmo modo que “Uma fábrica também pode ser olhada como um sujeito educativo (KUENZER, 1985); da mesma forma, um sindicato, um partido (Gramsci), as relações sociais de produção” (CALDART, 2004, p. 320). Por este motivo a organicidade do Movimento é educativa, em todas as suas instâncias e formas: a organização dos Setores (saúde, educação, produção, segurança, cultura, etc.), dos Núcleos de Base, das Escolas Itinerantes, dos Encontros de Formação, das Marchas, das estratégias de luta, dos encontros de formação, dos mutirões, entre outras.

EXPERIÊNCIAS NA DOCÊNCIA DO ESTÁGIO

De modo geral, a organização do estágio pode ser definida por três momentos imbricados: o primeiro é caracterizado pelos encontros de formação com os estagiários para tratar a respeito dos conceitos de estágio, práxis educativa, formas de registro e a relevância do estágio para a formação do Pedagogo. Neste processo inicial se define o campo de estágio, considerando as necessidades formativas do grupo e a disponibilidade e proposição do campo em recebê-lo. Trata-se de elucidar a relação entre os conteúdos estudados, no decorrer do curso, e acessados na prática social proposta para observação, análise e intervenção.

As visitas ao campo de estágio são intercaladas com encontros de discussão e análise do observado para a construção do denominado Projeto de Intervenção. Isto é, construir o planejamento de uma ação em conjunto, campo e universidade, que represente a experimentação dos estagiários no âmbito do campo em estudo. Todo o processo é registrado por meio do diário de campo, posteriormente aproveitado para a construção do registro e sistematização do estágio, quer seja no formato de memorial ou síntese reflexiva. O registro final deve descrever e analisar o processo de estudo teórico-prático e as implicações para a formação profissional do Pedagogo.

O estágio no Museu Histórico de Londrina partiu da solicitação do Diretor de Ação Cultural, ao Departamento de Educação. Após a realização de algumas reuniões para a caracterização da demanda, verificou-se que as visitas ao Museu pelas escolas eram reduzidas à ideia de “passeio”, ou “parada para lanche”. Outro ponto a ser considerado era o fato de que o Museu funcionava raramente para visita dos estudantes no período noturno, considerando a ausência de recursos humanos para esta atividade. Destas constatações, duas propostas foram apresentadas: a primeira relacionava-se ao acompanhamento pedagógico das visitas ao Museu pelas crianças do Ensino Fundamental, no período vespertino, e, a segunda ideia previa uma ação no período noturno, relatada a seguir.

Após os estudos gerais acerca do estágio, o segundo momento, no Museu, foi destinado à observação e à discussão do referencial teórico museológico e sua interface com a Educação. Nesse período, os estudantes realizaram inúmeras visitas ao acervo permanente e ao provisório. Concluíram com os estudos e observações que o negro, o índio, as mulheres e os trabalhadores, de modo geral, não apareceriam com relevância na organização temática museal. Apontavam para a necessidade de ampliação do acervo histórico, de outra construção narrativa que levasse em conta a condição dos trabalhadores, bem como a ruptura com o caráter político ideológico, contido na organização vigente que expressava uma concepção factual e oficial da história de Londrina.

A proposta de intervenção foi acordada para que se realizasse em distintas turmas, a oferta de duas edições do encontro de formação de professores, intitulado: *Encontro de Formação em História de Londrina: O Museu Histórico de Londrina abre as portas para a Educação de Jovens e Adultos*.

Como desdobramento desta ação, a segunda proposta consistia na organização de uma visita monitorada, no período noturno, para os estudantes da EJA. A metodologia empregada previa um processo formativo composto pela oferta da pré-visita, visita e pós-

visita. A pré-visita, caracterizada pelos encontros de formação realizados com os professores (com o intuito de rever o papel do Museu na formação de conceitos e na aquisição dos conteúdos da História de Londrina com jovens e adultos). A visita monitorada, promovida pelos estagiários e um técnico do Museu (momento de contato dos educandos e professores com o acervo permanente e provisório do Museu). Por fim, a pós-visita, constituía-se no desdobramento da visitação no interior das escolas, no cotidiano das salas de aula. Inserido no planejamento do professor com o aprofundamento desejado dos conteúdos e as possibilidades de registro e sistematização por meio de imagens, maquetes, exposição itinerante nas escolas, entre outras formas.

Durante uma das visitas realizadas pelos estudantes da EJA e compondo a agenda de Aniversário da Cidade de Londrina, o *Grupo Caos e Acaso* da Fábrica de Teatro do Oprimido exibiu, na plataforma de Trem do Museu, a peça: “Café quente em noite fria ou a Lenda do Ouro Verde” (2009), que retratou a geada e queima do café em 1975, no norte pioneiro do Paraná. O espetáculo foi fundamentado nas técnicas do Teatro Jornal, de Augusto Boal, “e nos capítulos da tese de doutorado “A Lenda do Ouro Verde” da historiadora e socióloga Maria Beatriz Guimarães Neto e, principalmente, relatos de pequenos agricultores que vivenciaram este período histórico” (SINOPSE, FTO, 2009).

Ao término da peça, os atores incentivaram o diálogo, com todos os estudantes, estagiários e professores que de algum modo se identificaram com a história narrada, representativa das suas histórias de vida, de seus pais e avós.

A segunda experiência a ser narrada é construída na Fábrica de Teatro do Oprimido Londrina (FTO), a escolha considerou as potencialidades da organização não governamental para compreender o processo educativo de um grupo que se apresentava em sua referência teórica preceitos da Educação Popular, especificamente no campo da cultura e do teatro popular como forma de expressão, comunicação e educação. As pessoas a que se destinava a ação eram eminentemente constituídas por adolescentes, jovens e adultos oriundos dos bairros periféricos de Londrina, com a proposta de refletir a sua condição social, política e econômica, fazendo do cotidiano do contexto social o mote para a representação teatral.

Os responsáveis pelo grupo eram atores profissionais que conduziam as oficinas com estudantes de diversos cursos. O grupo funcionava com recursos do Projeto Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), da Prefeitura de Londrina. A fundamentação teórica do grupo era sustentada pelo Teatro Dialético, com influências de Augusto Boal e Bertold Brecht.

Neste espaço o estágio foi organizado para compreender a especificidade do teatro como prática social educativa. Tratava-se de compreender as ações propostas pelo grupo e o seu caráter educativo, identificando o projeto político pedagógico desenhado na explanação oral dos integrantes. Aos poucos se identificava a intencionalidade política e educativa na organização das oficinas, embora os integrantes afirmassem não terem o registro do planejamento das ações. Nesta experiência, os estagiários participaram das oficinas oferecidas pelo FTO e o projeto de intervenção foi a apresentação teatral dos estagiários para expressar os desdobramentos dessa ação no processo formativo do Pedagogo.

O que resultou, posteriormente, no debate a respeito do conceito de Educação, Educação Popular, Educação Não-Formal e a prática teatral no processo educativo. Do mesmo modo, que a pertinência da presença do Pedagogo nesta organização.

Por fim, a terceira experiência a ser narrada é aquela realizada no espaço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A escolha foi realizada pelo grupo de estagiários após o debate e a conclusão de que este espaço era inédito na formação do Pedagogo no curso de Pedagogia.

Considerando o desconhecimento a respeito do Movimento e os preconceitos presentes na formação ao longo da vida dos estagiários, o tempo de estudos também foi necessário para a desconstrução inicial dos paradigmas enraizados e presentes na leitura do papel do Movimento na sociedade contemporânea. O estudo a respeito dos princípios filosóficos e educativos do MST objetivava a compreensão da organicidade do Movimento em sua relação macro-social. As atividades de campo consistiram na visita ao Assentamento e Acampamento respectivamente localizados em Lerroville, no “Eli Vive” e em Porecatu, Herdeiros da Luta de Porecatu. As visitas possibilitaram conhecer o espaço de atuação e as formas de organização do Movimento.

As estagiárias observaram o território da produção, da organização dos setores e da escola itinerante. Para ampliar as informações adquiridas com as leituras prévias, entrevistaram os Pedagogos e as lideranças das escolas e do Movimento. As questões propostas pelos estudantes discorreram a respeito da importância estratégica das escolas itinerantes, da organicidade do Movimento, das formas e estratégias de mobilização, da composição das famílias e sua condição de trabalho no campo, a relação do Movimento com a mídia e o preconceito e as estratégias de criminalização.

Esta experiência lidou com a ausência de estudos e debates a respeito do tema no âmbito do curso de Pedagogia, expressa na resistência dos estudantes ao campo observado, vivido e experienciado. Colocar os pés na lama, caminhar por entre os

barracos de lona, deparar-se com a falta de condições materiais dos acampamentos, era para o grupo tarefa difícil e sinal de desconhecimento do território e por vezes negação da realidade.

Apesar do importante papel desempenhado pelos “supervisores de campo”, dispostos a dialogar, o restrito tempo para efetivação do estágio não contribuiu para o aprofundamento de algumas questões. O Projeto de Intervenção para esta experiência consistiu na participação das estagiárias na organização/gestão pedagógica do encontro de formação dos educadores do MST na UEL. Os estudantes expressaram em suas sínteses reflexivas a importância do estágio para sua formação, compreendendo o caráter amplo da práxis educativa do Pedagogo no âmbito do MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange aos pontos em comum às três experiências podemos destacar que todas elas causaram estranhamento aos estudantes, na tentativa de identificar o lugar de atuação do Pedagogo. As perguntas realizadas em todo o processo reafirmavam o desconhecimento do caráter educativo de cada um dos campos estudados. O mesmo estranhamento foi aos poucos superado pela compreensão da intencionalidade político-pedagógica de seus proponentes. Apesar da ausência de Projeto Político Pedagógico documentado, no caso da FTO, o registro oral feito pelos estudantes das oficinas revelava o paradigma teórico-metodológico implementado com rigor em suas atividades. Do mesmo modo que a dimensão crítica da ação educativa proposta pelo estágio só foi possível porque o campo trouxe elementos importantes e ausentes na formação curricular dos estudantes. Trata-se de um campo que provoca e retira o estudante do lugar conhecido. A prática sugere ampliação, não sobreposição ou negação de campos de atuação, mas diálogo e interfaces entre escola/Universidade e Museu, escola/Universidade e Teatro/Cultura Popular, escola/Universidade e Movimentos Sociais e Populares.

O diálogo sugere alguns pontos de reflexão: compreender as práticas sociais investigadas no que tange a sua dimensão educativa, reveladora dos processos pedagógicos que extrapolam o espaço da sala de aula. Isto também significa considerar a organização e a mobilização dos trabalhadores, na experiência do MST um ato educativo que problematiza o papel do Pedagogo em outras dimensões da gestão pedagógica. Também, pode-se concluir que a representação teatral, nas oficinas de teatro da FTO

eram definidas por um referencial teórico e metodológico que instigavam os participantes a refletirem a sua condição material de existência. Com relação ao Museu, foi possível destacar o papel cultural e educativo contribuindo com a construção de uma metodologia de visita que exigia ou indicava a relevância da presença do Pedagogo para a materialização da proposta formativa.

REFERÊNCIAS

- BRUNO, Maria Cristina O. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos da administração dos indicadores da memória. In: Saul Eduardo Seiguer Milder. (Org.). **As Várias Faces do Patrimônio**. Santa Maria, RS: Ed. Pallotti, p. 119-140, 2006.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FALKEMBACH, Elza. M. F. **Diário de campo**: um instrumento de reflexão. Revista Contexto e Educação, Ijuí, v.2, n.7, p. 19-24, 1987.
- GONH, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores – Unidade Teoria e Prática?**. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- RESOLUÇÃO CEPE. N.46/2005. Reformula o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia a partir do ano de 2005. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005.
- RESOLUÇÃO CEPE. N.187/2006. Reformula o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura a ser implantado a partir do ano de 2007. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006.
- KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes [et al]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

¹ No ano de 2010 foi implementado um novo currículo e a disciplina de estágio alterada com o objetivo de especificar os dois focos de atuação do Pedagogo, formal e não-formal sendo este último contemplado na disciplina de “Estágio Supervisionado da Gestão da Educação não Formal” definido na ementa como “Atuação do Pedagogo na gestão da educação não formal. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos” (CEPE/CA nº109/2009).